

# LUUANDA: NACIONALIZAÇÃO LITERÁRIA, REINVENÇÃO E ANGOLANIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

SALVATO TRIGO

U. Fernando Pessoa. st@ufp.edu.pt.

A reflexão que me proponho fazer sobre língua portuguesa e nacionalidade literária angolana/africana encontra a sua justificação imediata no colóquio *De «Luuanda» (1964) a Luandino (2014): veredas* com que o Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras do Porto, por intermédio do Prof. Francisco Topa, resolveu comemorar os 50 anos daquela obra de Luandino Vieira que, verdadeiramente, iniciou a narrativa literária angolana moderna.

Sobre essa obra – *Luuanda* –, confidenciou Luandino a Michel Laban: «*Luuanda* foi uma ruptura. Foi deliberadamente uma guinada noutro sentido. Cheguei a estar a ponto de regressar a *A Cidade e a Infância*, porque, realmente, o desafio era perigoso. Mas depois vi que já não era capaz de regressar...».

Que *Luuanda*, há 50 anos, constituiu, de facto, uma rutura ideológica e linguística, atesta-o hoje o volume, em boa hora, organizado por Francisco Topa, com o subtítulo de «críticas, prémios, protestos e silenciamentos», exaustiva recolha documental sobre a tempestade desencadeada pela atribuição do Grande Prémio de Novelística a essa obra de Luandino pela Sociedade Portuguesa de Escritores, em 10 de maio de 1965. A leitura desse volume explicita bem a dimensão ideológica dessa rutura e deixa suspeitar o essencial da sua dimensão linguística.

De forma muito resumptiva, direi que *Luuanda* foi uma rutura linguística no trajeto até então feito, em poesia ou em prosa, por Luandino Vieira, porque, como tive ocasião de escrever, num estudo de fundo que fiz sobre o autor, «o seu texto lança as bases para uma profunda africanização da linguagem literária de raiz portuguesa, não só pela violação da

norma, mas também, e principalmente, pela paixão neológica e analógica» ou metafórica, que aprendeu confessadamente em *Sagarana*, de João Guimarães Rosa.

Sobre tal aprendizagem recordarei, aqui e agora, o penetrante ensaio *Novos Mundos* que o Professor Óscar Lopes publicou, em *O Comércio do Porto*, exatamente um ano após a premiação de *Luuanda*, e que a Livraria José Olympio Editora incluiu como antefácio à 19.<sup>a</sup> edição de *Sagarana*. Esse ensaio é revelador da profunda admiração daquele crítico e historiador literário pela *escrita* de Guimarães Rosa, em que Luandino, também ele, se embriagou. Escreveu, então, Óscar Lopes:

*Guimarães Rosa é talvez o autor vivo de língua portuguesa que melhor nos persuade de como a linguagem é, em última análise, criação contínua, veredas singrando num horizonte imprevisto; de como a linguagem é tradutível, portanto convencional, nas suas estruturas ossificadas, mas produtora do real humano na sua mais viva linha de avanço.*

*Luuanda*, livro que marca o início da assunção duma *escrita* que se *outra*, para se *angolanizar*, linguística, estética e culturalmente, e a restante obra narrativa luandina ajustam-se plenamente à observação percuciente de Óscar Lopes: a tradutibilidade entre o português de lei, a sua fala angolana e as falas de línguas vernáculas; a criatividade contínua levada a limites como em *João Vêncio: os seus amores*; um discurso exuberante em paisagens físicas e psicológicas, desenvolvido em rácidos, numa sintaxe mais de tabularidade do que de linearidade, e africanamente expeditiva, com profunda economia de meios lexicais e deícticos, desossificam as estruturas da língua de colonização a contragosto tornada língua de libertação ou de proclamação duma independência literária, preexistente à independência política. Luandino, já com *Luuanda* mas sobretudo com *João Vêncio*, leva a sua alteridade verbal a limites que bem comprovam a «plástica latinidade» que Lewis Nkosi reconhece à língua portuguesa, na qual encontra condições estruturais de grande maleabilidade que permitem «performances» inimagináveis e surpreendentes, porque, como também escreveu em *Macandumba*, «poeta de musseque sempre não é o matemático – não conhece estatuto das palavras, tudo é a livre anarquia: ritmo é quem que manda, verso obedece só».

Luandino, qual poeta do musseque, cumprindo o papel de *aedo* e de demiurgo da nacionalidade literária angolana, encontrou, portanto, no escritor brasileiro do *Grande Sertão: Veredas*, João Guimarães Rosa, o seu farol para traçar a nova rota da narrativa literária angolana, onde evoluem personagens tiradas da vida real para a ficção numa técnica de composição e de retrato verbal, que denuncia a influência da *escrita* rosiana forjada em arcaísmos, localismos e hibridismos linguísticos. Uma dessas personagens do universo de *Macandumba* ilustra bem a escrita luandina emulada da técnica rosiana que ajuda a magmatizar o discurso e a instância enunciativa do «poeta do musseque»:

*Numas palavras ninguém mais que descobria se quimbundo urbanístico ou ainda português mal amusseçado, contou por causa o santomista não sabia ler, tinha bibliotecas para encher pra-teira só. Claro: fama ainda que correu seque e musseque, mas morreu de calada.*

Além do humor, emerge nesta passagem, verdadeiramente *poiética*, a picardia do angolano relativamente ao santomense, que é chamado ironicamente de santomista, essa mescla na expressão linguística da personagem provoca também a figura discursiva da reinvenção em que tantas vezes Luandino se compraz. Nesta passagem, a reinvenção é ilustrada na expressão durativa com caráter genuinamente africano, «correr seque e musseque», para abalar as vestais dos estereótipos ocidentais, como o correr Ceca e Meca. Em Luandino, a liturgia da escrita faz do musseque a sua Meca, espaço privilegiado da magmatização das linguagens que há de gerar a expressão literária da angolanidade.

É no espaço dessas «areias babélicas», como lhes chama Luandino, que o encontro das línguas acontece, para produzir a *outra* língua, aquela que, por expedientes técnicos diversificados, como as *mots-valise*, por exemplo, seja capaz de falar africanamente: «Não seas medrúscico... – murmurou-se ou riu, a gente nunca que sabia mais, tudo só sendo estranhos novos ecos em nossas velhas orelhas» – clama o narrador de *No antigamente, na vida*.

*Luuanda*, como escrevi noutra ocasião, contém todos os germes fundamentais para o advento dum texto luandino cada vez mais apoiado na escrita de excesso de *logos*, escrita onde a *palavra*, na boa tradição africana, desempenha uma função discursiva importante. Esse livro inaugura também a substituição do conceito tradicional de literatura pelo de *texto*, naquela aceção distintiva de Roland Barthes:

*(...) a literatura representa um mundo finito, o texto figura o infinito da linguagem: sem saber, sem razão, sem inteligência... A partir do momento em que há prática de escrita, situamo-nos em algo que já não é inteiramente a literatura, no sentido burguês da palavra. Eu chamo a isso o texto, quer dizer, uma prática que implica a subversão dos géneros; num texto já não se reconhece a figura do romance ou a figura da poesia ou a figura do ensaio.*

É esse labor sobre o texto, que o mesmo é dizer sobre a linguagem, labor que, em muitos momentos da *escrita*, se reconhece claramente laboratorial, que distingue Luandino e a sua obra, quando o cotejamos com outros autores, cuja busca da africanidade se fez por caminhos bem menos fiáveis. Importará, por isso, enquadrar essa distintividade no campo mais vasto da africanidade literária, no seu todo.

A africanidade literária assenta, entre outros, em elementos da cosmogonia, em certos aspetos da ontogonia dos povos negros e no meio de expressão linguística dessa africanidade – questões importantes para o entendimento pleno da construção da significação do mundo pela palavra, ou, se quisermos, da semiótica negra. A natureza linguística das literaturas africanas modernas, e em especial das literaturas africanas de língua portuguesa,

que se exprimem em línguas originalmente não africanas, põe em causa a sua africanidade ou não?

Poderá parecer estranho que se questione a qualidade ou a natureza africana de literaturas que, à partida, designamos por «literaturas africanas». Aparentemente, tal designação não ofereceria base para grandes debates. Assim seria, se nos ativéssemos apenas à dimensão geográfica da designação. Será doutro modo, porém, se considerarmos, como é habitual, a natureza estética do adjetivo topónimo.

A africanidade literária comporta diferentes elementos de natureza semiótica e antropológica a que aludiremos mais à frente, mas privilegiaremos, aqui e agora, a dimensão linguística que vários estudiosos e críticos, africanos e não africanos, consideram primordial.

Façamos, então, muito rapidamente uma sinopse das posições teóricas dos mais significativos desses estudiosos e críticos, acerca da questão da expressão linguística das literaturas africanas.

Comecemos pelos autores da *negritude* ou com ela relacionados. Antes, porém, recordemos que foi Aragon quem, em julho de 1954, na revista *Lettres Françaises*, usou, pela primeira vez, a expressão «le drame du langage» que os negrutidinistas haveriam de glosar exaustivamente. Sobre ela, aliás, o sociólogo tunisino Albert Memmi construiria a sua teoria do «drama linguístico» que ele coloca no cerne da relação entre colonizado e colonizador<sup>1</sup>. Tal teoria diz-nos, em síntese, que o facto de o colonizado ter de exprimir-se numa língua que não é a sua língua materna é para ele um autêntico drama, resultado, por seu turno, da «catástrofe cultural» que a colonização teria provocado entre os colonizados. Não é pacífica, porém, esta conclusão de Memmi, se bem que bastantes autores, africanos e europeus, comunguem dela. De facto, a *estrangeiridade* para o africano, e, por consequência, o uso dramático, das outras línguas de colonização não é aceite não só por alguns teóricos importantes, mas também por representativos nomes da literatura africana escrita nessas línguas. Sartre, por exemplo, rejeita tal estrangeiridade, no famoso texto *Orphée Noir* que escreveu para servir de prefácio à *Nouvelle Anthologie de la Poésie Nègre et Malgache de Langue Française*, organizada por Senghor, em 1948, para as Presses Universitaires de France, e na qual reunia uma amostra bem elucidativa da chamada poesia da Negritude do tempo:

*Não é verdade que o negro se exprima numa língua “estrangeira”, já que o francês lhe é ensinado desde a infância, sentindo-se ele perfeitamente à vontade, quando pensa como técnico, como intelectual ou como político.*

Sartre deixa de fora, todavia, a dimensão literária nesta sua apreciação, mas isso não significa que ele partilhe das lamúrias órficas dos haitianos Léon Laleau e Jean-F. Brière

---

<sup>1</sup> MEMMI, 1974.

que, nos poemas «Trahison» e «Me revoici, Harlem», cantaram o «drama linguístico» do colonizado:

*Este coração importuno, que não corresponde  
À minha linguagem ou ao meu vestuário,  
E ao qual se agarram, como um grampo,  
Sentimentos importados e costumes  
Da Europa, sentis vós este sofrimento  
E este desespero sem igual  
De domar, com palavras de França,  
Este coração que me veio do Senegal?*

Com este poema, Laleau tornou-se referência habitual para quem fale do «drama linguístico» que a colonização teria causado. Já Jean-F. Brière é menos citado, mas não deixa de ser tão incisivo quanto o seu conterrâneo, no poema, «Me revoici, Harlem», que compôs em homenagem aos seus irmãos de raça escravos na Geórgia do Sul:

*Desaprendemos o dialecto africano,  
Tu cantas em inglês o meu sonho e o meu sofrimento,  
Os meus velhos desgostos dançam ao ritmo dos teus blues,  
E eu exprimo a tua angústia na língua da França.*

Sartre, a quem a Negritude deve o seu estatuto filosófico, não acompanha, como se disse, os queixumes destes cânticos órficos, seguindo, neste particular, Senghor:

*Como exprimir as minhas ideias com os meus sentimentos, mais exactamente, como gosto de dizer, “ideias-sentimentos”. Pensando como um Francês e sentindo como um Negro, eu tinha esta contradição a resolver. Em parte, creio tê-la resolvido, dominando cada vez melhor o admirável instrumento que é a língua francesa. (...) É somente depois, nas segunda e terceira versões, que eu luto contra esta terrível língua francesa, para obrigá-la a exprimir as imagens arquétipos que brotam do inconsciente negro<sup>2</sup>.*

Como se vê, Senghor não sentiu que a sua africanidade poética fosse diminuída pelo facto de exprimi-la em língua de colonização por ele obrigada a flexibilizar-se de modo a que pudesse transmitir os mais profundos elementos da significação negra do mundo. Quantas vezes essa flexibilização obriga à diglossia lexical, morfossintática ou semântica que, como adiante veremos, a língua portuguesa, diferentemente da francesa, neutraliza pela assimilação, isto é, pela lexicalização de situações nela emergentes como diglósicas.

---

<sup>2</sup> MARQUET, 1983: 206.

Da opinião de Sartre ou de Senghor não são, entretanto, conhecidos autores africanos francófonos como Valentim Mudimbé, Pathé Diagne ou David Diop.

Mudimbé não aceita a expressão «Literatura africana de expressão francesa», já que, segundo ele, será mais correto falar-se de uma «Literatura francesa da África»<sup>3</sup>. Pathé Diagne rejeita a existência de uma literatura africana autêntica «através de instrumentos linguísticos europeus», porque, diz ele, «a literatura escrita em línguas estrangeiras não pode exprimir adequadamente a alma negro-africana, ou ter um valor intrínseco, porque nenhuma dessas línguas transporta todo o húmus da cultura africana ou pode traduzir toda a truculência e sabor locais»<sup>4</sup>. David Diop, pelo seu lado, comunga da rejeição expressa por Diagne, escrevendo na introdução ao seu livro de poemas *Coups de Pilon*:

*O criador africano, privado da sua própria língua e isolado do seu próprio povo, corre o risco de não ser mais do que um representante de uma corrente literária (e seguramente não a menos gratuita) da nação conquistadora, uma vez que os seus trabalhos são, pela inspiração e pelo estilo, a perfeita ilustração da política assimilacionista (...)*<sup>5</sup>.

Outros autores africanos francófonos, porém, analisam esta questão de forma muito menos emotiva e compreendendo que não é correto reduzir-se a literariedade e a africanidade dum texto exclusivamente à sua dimensão linguística, como o fizeram os três autores citados. Veja-se, a este propósito, a posição do ensaísta A. Hampaté Bâ:

*É verdade que a língua colonial não encoraja e não desenvolve as originalidades clónicas. Não obstante, ela pôde criar uma unidade linguística dificilmente realizável por outros meios, de tal modo que o meu amigo Félix Houphouët-Boigny e eu próprio podemos comunicar por intermédio da língua francesa... Se não tivéssemos esta língua, seríamos tão estranhos um ao outro como um russo pode ser para um senegalês!*<sup>6</sup>

Ainda que Hampaté Bâ situe a problemática do bilinguismo numa perspetiva meramente comunicativo-veicular, das suas reflexões nunca esteve ausente a dimensão estético-literária africana que a «língua colonial» também está apta a interpretar. De resto, esta dimensão estética e africana não deve ser reduzida apenas ao vetor linguístico, como muito bem reconhece Mukala Kadima-Nzuji, ao perguntar-se:

*Em que é que a literatura produzida por letrados africanos em línguas europeias, e difundida por editoras do tipo ocidental, é original, isto é, especificamente africana, podendo reivindicar sem complexo algum a oralidade como o lugar do seu enraizamento?*<sup>7</sup>

---

<sup>3</sup> MUDIMBÉ, 1982.

<sup>4</sup> KIMONI, 1975: 163.

<sup>5</sup> DIOP, 1973: 12.

<sup>6</sup> BÂ, 1972: 30.

<sup>7</sup> KADIMA-NZUJI, 1980.

A esta pergunta responde o próprio Kadima-Nzuji, a quem Bernard Magnier levantou a seguinte questão: «São as línguas um factor determinante [para a literariedade]?». A resposta de Kadima-Nzuji foi curta e incisiva: «Não, o problema situa-se para além das línguas e das fronteiras: o elemento natureza é determinante qualquer que seja a língua utilizada».

Kadima-Nzuji desvia corretamente a questão da africanidade literária para o domínio da antropologia, compreendendo também ele que a significação literária não pode esgotar-se no simples universo semântico das palavras, pois que a sua dimensão simbólica profunda remete sempre para um universo antropológico, ele próprio africanizador da língua que para ele conduz o texto. Isto mesmo o entendeu também Chinweizu que considerava a presença do universo antropológico, nos textos das literaturas africanas em línguas originalmente europeias, como indispensável para promover a descolonização literária, sem a qual a africanidade ficaria comprometida:

*Se a literatura africana não é para se transformar num fóssil transplantado da literatura europeia, ela precisa de sair da camisa de varas da poesia anglo-modernista e da “novela bem-feita” e de encontrar mais caminhos de incorporação de formas, tratamentos e estratégias retirados da tradição oral africana<sup>8</sup>.*

Chinweizu considera, portanto, que a questão da africanidade literária terá mais a ver com a organização textual e com os universos de referência da significação cultural dos textos do que com os meios da sua expressão linguística, porque, realisticamente, não será possível à África acabar com as línguas de origem colonial. Maurice Houiss comenta a este propósito:

*A África não evitará o bilinguismo do qual um dos termos é condição de abertura para o mundo moderno. Não é aí que reside o seu problema linguístico essencial e é ignorar as exigências actuais e o realismo glosar sobre as ruínas e a despossessão de um dos dois termos do bilinguismo<sup>9</sup>.*

Talvez o conceito de bilinguismo não seja o mais apropriado para traduzir a situação em que emergiram algumas das literaturas africanas modernas, porque, por vezes, não há verdadeiro bilinguismo, no sentido de utilização indiferenciada de duas línguas com o mesmo grau de fluência. O que se passa é que, em vez de autores bilingues, o que nós temos, nessas literaturas, são autores que escrevem na língua dita colonial, conhecendo alguns aspetos da língua africana que, teoricamente, seria a sua língua materna, não o sendo, no entanto, devido ao assimilacionismo a que esses escritores foram sujeitos. Assim,

<sup>8</sup> CHINWEIZU et al., 1983: 239-240.

<sup>9</sup> HOUISS, 1971.

teremos, de facto, um falso bilinguismo que, no plano literário, porém, funciona como se realmente existisse.

No que às literaturas africanas de língua portuguesa diz respeito, esta situação é conhecida, dando-se mesmo o caso de alguns dos seus principais autores, caracterizados na sua escrita por sistemáticas ocorrências diglósicas, não serem, de facto, plenamente bilingues. A única exceção é a literatura cabo-verdiana, porque Cabo Verde é, na verdade, a par de São Tomé e Príncipe, o único território africano lusófono inteiramente bilingue: o autor cabo-verdiano usa indiferentemente o crioulo e o português. Oportuno se torna, por isso, invocar aqui o caso das Antilhas, pela sua similaridade. Recorramos para tal a Edouard Glissant, que precisa esta problemática do que chamámos falso bilinguismo nas literaturas africanas modernas:

*Enfim, é necessário não confundir, por exemplo, bilinguismo e prática de duas línguas (das quais uma teria sido aprendida na escola). O bilinguismo real é a relação existencial e comprometida de duas línguas numa comunidade que as controla. (É por isso que a diglossia é a sua tentação). (É por isso que a sua relação é política). É por isso que a resolução desse compromisso pode fundar uma poética<sup>10</sup>.*

As observações de Edouard Glissant têm total cabimento na análise, por exemplo, da obra de Luandino Vieira, para a literatura angolana, ou de José Craveirinha, para a literatura moçambicana, ou ainda, de Francisco José Tenreiro, para a literatura santomense. De facto, é a tentativa de resolução do compromisso que nesses autores existe entre a língua portuguesa, sua língua materna, e o conhecimento superficial que têm das línguas africanas do seu território de infância, é essa tentativa que provoca a escrita diglósica desses autores, se bem que, nos dois últimos, a diglossia não seja muito pronunciada e, no primeiro autor citado, ela seja, em grande parte, artificial e laboratorial.

Abdelilah Nejmi, em artigo com que participa na obra coletiva intitulada *Du Bilinguisme*, pronuncia-se também a respeito dessa *escrita* que se entretetece em duas línguas, precisando as consequências para cada uma delas:

*(...) escrever através de duas línguas é, afinal, uma só, mas com a diferença de que nenhuma é favorecida: se uma ganha em superfície, a outra ultrapassa-a em profundidade; uma língua trabalha contra a outra (no duplo sentido), serve-lhe de complemento<sup>11</sup>.*

O comentário de Nejmi é inteiramente justo para a generalidade das literaturas africanas modernas e é particularmente adequado à realidade das literaturas africanas de língua portuguesa. Na verdade, a escrita de uma boa parte dos autores africanos lusófonos é

---

<sup>10</sup> GLISSANT, 1981: 325.

<sup>11</sup> NEJMI, 1985: 143.

um trabalho de contaminação de uma língua (a portuguesa) por outra ou outras (línguas africanas) no sentido de se atingir uma síntese de expressão que possa efetivamente traduzir a africanidade das situações e africanizar, por isso mesmo, os próprios textos. Porque assim é, não é recorrente nas literaturas africanas de língua portuguesa a temática órfica do «drama linguístico» do colonizado, habitual, como vimos atrás, na literatura francófona da chamada «negritude das fontes». Como verificamos, além da prática literária alimentada pelo «conflito» de línguas que habita o escritor, teorizou-se, psicologicamente, com o psiquiatra martiniquenho Franz Fanon, e sociologicamente, com o escritor e ensaísta tunisino Albert Memmi, pondo-se em causa, como vimos, a possibilidade de outras línguas de colonização poderem ser veículos da africanidade.

No caso particular das literaturas africanas de língua portuguesa, a questão linguística nunca teve a acuidade com que se apresentou nas literaturas africanas francófonas e anglófonas, se bem que, nestas últimas, essa questão foi diluída pelas posições teóricas de Chinua Achebe, de Wole Soyinka e de Ezechiel Mphahlele, identificados com o movimento nigeriano da *African Personality*, desenvolvido em torno da revista *Black Orpheus*. Chinua Achebe, concretamente, tinha da problemática da expressão linguística do escritor africano a seguinte opinião:

*O escritor africano deve empregar o inglês para exprimir a sua mensagem sem ter por esse facto que modificar a língua a tal ponto que o seu valor de meio de comunicação internacional seja perdido. Ele deve moldar um inglês ao mesmo tempo universal e capaz de traduzir experiências particulares*<sup>12</sup>.

Pretendia Achebe referir-se ao escritor Amos Tutuola, seu conterrâneo, que, conscientemente, deixou emergir na sua escrita um discurso profundamente diglósico e contaminado de que é exemplo maior a sua obra *The Palmwine Drinkard*. As literaturas africanas de língua portuguesa, especialmente a literatura angolana, podem apresentar autores com processos idênticos aos de Tutuola. Aquele que mais se lhe assemelharia seria Uanhenga Xitu que, em toda a sua obra, mas principalmente em *O “Mestre” Tamoda*, pratica conscientemente a diglossia e a contaminação das línguas, ao estilo de Tutuola.

Não obstante a questão linguística não ser tema identitário das literaturas africanas lusófonas, a verdade é que casos existem donde ela não está totalmente ausente. Além do citado caso de Uanhenga Xitu com o seu *“Mestre” Tamoda*, outros exemplos existem que, esporadicamente, afloram a questão, como em *Sagrada Esperança*, de Agostinho Neto, onde o amigo Mussunda não entendia os versos do poeta, ou na «Carta dum Contratado», de António Jacinto, onde a angústia do afastamento de dois namorados não podia ser desfeita, porque eles não sabiam ler nem escrever a língua em que, à distância, pudessem comunicar.

---

<sup>12</sup> ACHEBE, 1975: 61.

Viriato da Cruz, seguramente o mais angolano poeta da *Mensagem*, esse preferiu a tradição da expressão poética dos Velhos Intelectuais de Angola, caracterizada por uma miscigenação linguística do português com o Kimbundu (exemplo disso são os seus poemas «Makézù» e «Sô Santo»). Tal miscigenação não constituía um mero expediente literário para dar cor local aos textos (como acontecia em casos em que os autores não tinham uma visão endógena do seu universo de significação), antes representava a transposição para o domínio literário de um discurso de uso corrente, forjado no contacto secular da língua portuguesa com as línguas africanas, neste caso, com o Kimbundu, falado da embocadura do rio Cuanza até ao norte de Luanda, às terras de Ambriz, território de colonização comercial mais acentuada e, por isso, mais propício à miscigenação.

Com efeito, foi nesta região que surgiram os primeiros textos de carácter literário, mediatizados por uma expressão linguística miscigenada, que passaria a constituir ponto de referência para poetas e escritores que representavam a consciência da angolanidade filosófica e estética. Deixando de lado um ou outro texto esparso e circunstancial que podemos rastrear, por exemplo, na *História Geral das Guerras Angolanas*, de António Oliveira Cadornega, digamos que o primeiro texto com interesse para a emergência da angolanidade literária foi uma «Poesia» publicada, em 1878, no *Jornal de Loanda*, da autoria de João da Cruz Toulson, em cuja expressão viriam a inspirar-se Cordeiro da Matta e Eduardo Neves, entre outros comerciantes-poetas da foz do Cuanza. Trata-se de um texto muito singelo, de estrutura narrativa com diálogo amoroso ingénuo entre um branco e uma negra, onde a utilização de duas línguas – a portuguesa, do branco, e a kimbunda, da negra – não impedia o entendimento, ficando, por isso, textualmente implícito o bilinguismo dos dois intervenientes.

Sendo o tempo da escrita dessa poesia o último quartel do século XIX e sendo, como se disse, esse o primeiro texto com verdadeiro interesse para a angolanidade literária, poder-se-ia concluir que o bilinguismo, em Angola, foi uma realidade tardia. Essa conclusão, todavia, seria precipitada, como vamos ver.

Com efeito, a formação de pequenas bolsas bilingues é conhecida, em Angola, pelo menos, desde o século XVI, conforme testemunho insuspeito de missionários italianos, que manifestaram o seu espanto pela destreza com que a língua portuguesa era falada, quer nas cortes de Afonso I e Garcia II do Congo quer na corte da Rainha Jinga dos povos Jagas ou do soba Guzambambe. Estas informações chegaram até nós através da *Istorica Descrittione de 'tre Regui Congo, Matamba e Angola*, do capuchinho italiano G. Cavazzi, podendo basearmo-nos nelas para induzir que a correspondência trocada em português pelo rei Afonso I, do Congo, no século XVI, com o rei de Portugal; ou a língua falada na recepção oferecida pelo rei Garcia II do mesmo reino aos capuchinhos italianos no século XVII, que visitaram, seguidamente, a rainha Jinga, soberana dos Jagas e o soba Guzambambe, teriam já marcas incrustadas de uma diglossia ultrapassada.

Que assim era, isto é, que o português do tempo teria já lexicalizado marcas primitivas de diglossia, confirma-no-lo, de algum modo, o professor belga Willy Bal<sup>13</sup>, quando afirma que o português foi *língua geral* nas costas africanas, nos séculos XVI e XVII. Esta constatação de Willy Bal permite-nos concluir, desde logo, que essa função do nosso idioma só poderá ter sido conseguida à medida que, dum bilinguismo diglósico inicial, se passa para um estágio da língua em que a diglossia deixou de ser reconhecida, isto é, se lexicalizou, entrando para os hábitos discursivos de falantes etnolinguisticamente diferentes.

Esta questão da diglossia lexicalizada foi também abordada pelo professor Marius Valkhoff<sup>14</sup>, autor de estudos importantes sobre a presença do português no mundo, que demonstrou a mundialização da nossa língua, entre os séculos XVI e XVII, a ponto de, segundo ele, se ter tornado *língua franca* para efeitos de comércio e, nalguns casos, para fins diplomáticos.

A longa presença da língua portuguesa em África permitiu-lhe uma aclimatização tão profunda ao *habitat* africano que não é de estranhar que ela tenha conseguido neutralizar as situações diglósicas com que se viu confrontada, transformando-se, já africanizada, na língua veicular, a partir da qual se construiria o discurso literário africano moderno. Incorporando léxico, modos morfossintáticos e construções retóricas africanas, o português africano, fruto da vitória de Caliban sobre Próspero, mito «shakespearano», anula o potencial «drama linguístico» e faz da diglossia uma atividade de constante enriquecimento idiomático, o que conduz justamente à especificidade do discurso literário por ela sustentado. Daqui concluiríamos, portanto, que a língua portuguesa, tropicalmente fecundada, exprime com justeza e qualidade a africanidade estéticoliterária. Reconhecemos, porém, que, pelo que vimos, tal conclusão não é pacífica, insistindo alguns críticos, especialmente europeus, no órfico drama linguístico do colonizado. Vincent Monteil, por exemplo, persiste na ideia de que «a língua materna é insubstituível para exprimir as tonalidades afectivas», porque só ela é a «língua do coração».

Se acompanhássemos a opinião de Monteil e considerássemos, como ele, que a língua literária é justamente essa «língua do coração», teríamos de reconhecer a impossibilidade de uma literatura poder exprimir-se em línguas «estrangeiras», mas estaríamos a contrariar uma das condições fundamentais da literariedade, qual seja a da artificialidade do discurso literário, isto é, o fingimento glosado pelo nosso Fernando Pessoa. Por outro lado, se aceitarmos que toda a arte é, como tem de ser, artificialidade de formas e fingimento de substâncias, então não poderemos estar de acordo com aqueles que identificam a «nacionalidade literária» com a expressão linguística.

A literariedade e a linguisticidade são dimensões autónomas do trabalho literário. Por isso é que é possível existirem diferentes literaturas no mesmo sistema linguístico (é o caso

<sup>13</sup> BAL, 1979: 149.

<sup>14</sup> VALKHOFF, 1975: 75.

do Português, do Francês, do Inglês, do Alemão, do Espanhol ou do Árabe, entre outros) e haver literaturas nacionais que incorporem textos mediatizados em sistemas linguísticos diferentes. Deste modo, o argumento, que o não é, da identificação da língua literária com a «língua do coração» não tem sustentação, porque, parafraseando Pessoa, o poeta dos heterónimos, o escritor simplesmente sente com a imaginação, não usa o coração. No que às literaturas africanas diz respeito, embora elas tenham uma emergência mais histórica do que mítica e, por isso, se atenham muito a problemas ligados mais à «língua do coração» do que à imaginação, não deixa de ser verdade que a realidade se lhes impõe de forma mais racional do que emotiva, forçando-as a ultrapassar primevos complexos calibanescos de que as novas gerações de autores se sentem completamente libertadas. Que é assim, mostra-no-lo o poeta Rui Knopfli, nascido também na poesia, em Moçambique, e, por isso, observador atento do surgimento da moçambicanidade literária que, num «Breve Relance sobre a Actividade Literária», escrevia a propósito dos primeiros passos da literatura moçambicana em língua portuguesa:

*Como Caliban, é de Próspero que ele recebe a língua e, se através dela aprende a nomear o sol, a lua, a água, a realidade em suma, por ela descobre também a mágica sugestiva e encantatória da blasfémia e do anátema. A sua especiosa e discordante tradição, a sua revolta, desaguam e corporizam em estranhos sons de uma língua estranha. É pois nessa zona obscura e indeterminada, a partir das raízes emersas no sono milenar, debatendo-se no emaranhado de preconceitos e renúncias, que ela taceia o futuro e procura articular a sua voz. Tempo decorrerá entretanto antes que assim aconteça<sup>15</sup>.*

O tempo passou, de facto, e da voz taceada, titubeante entre uma obediência normativa metropolitana e um desejo de libertação expressiva, casando a seiva africana de Caliban com a austeridade europeia da língua de Próspero, surgiu a nova expressão lusófona da moçambicanidade estético-literária, que abriga em si Knopfli e Grabato Dias, Noémia de Sousa e Craveirinha, João Dias e Honwana, Orlando Mendes e Mia Couto, Ganhão e Sérgio Vieira, Guebuza ou Ascêncio de Freitas, todos, afinal, uníssonos na diferença de um discurso literário feito de diversas falas luso-moçambicanas. Foi vencido, portanto, o espectro de Caliban e Próspero foi devolvido à terra de origem, não sem antes deixar em África, como dizia Amílcar Cabral, uma herança notável aos povos que colonizou – um instrumento linguístico criador de uma consciência nacional por cima de quaisquer diferenças etnolinguísticas.

Secundando Cabral, mas indo mais além dele, o poeta e ficcionista angolano Manuel Rui pronunciaria importante discurso no Congresso anual de 1989 da Associação de Literatura Africana (ALA), realizado em Dakar, intitulado significativamente «Já não somos

---

<sup>15</sup> KNOPFLI, 1974: 6.

Caliban!». Aí se repõe, com notável clarividência, no lugar correto, a questão da africanidade literária, em geral, e da angolanidade literária, em particular. Manuel Rui, a este propósito, começa por afirmar:

*Quando se toca no percurso da nossa literatura, sua busca nacionalista e sua nacionalidade conseguida e reconhecida, de fora e por generalização, pode ressaltar para alguns um patamar de abordagem que radica de um equívoco: a literatura angolana quase não é ela própria, porque se realiza na língua de “outro”. Como se língua fosse propriedade com patente industrial e não usufruto de pessoas e entre pessoas e como se cada processo não devesse ser observado a partir da sua especificidade e diferença<sup>16</sup>.*

Depois destas considerações iniciais, todo o discurso de Manuel Rui foi orientado no sentido de demonstrar que o Português não é mais uma língua estranha, uma língua do «outro» em Angola, mas, sim, um idioma que, pela angolanização sofrida, se tornou língua nacional apta a traduzir toda a vivência angolana. Vejamos, por isso, mais uma passagem desse importante testemunho:

*O colonialismo, como um discurso, por imposição, é um constante caos. Utilizar a língua dele acima do contraponto, implica a sua descodificação e um mais que desvio à norma. Há que desarticulá-lo nas suas premissas para a reinvenção a partir de nós. De nossas tradições. De nossos ritmos. De nossas falas faladas, mal faladas pelo óculo do código que agora se espanta à transparência do discurso novo e libertador, onde a interferência, o hibridismo ou a desescrita reorganizam e se reorganizam no caos da situação da língua enquanto imposição cultural<sup>17</sup>.*

O autor assume, como se vê, com naturalidade, as marcas diglósicas, entretanto lexicalizadas, que o «discurso novo e libertador» terá que possuir, para ser capaz de sustentar uma autêntica expressão de angolanidade. Angolanidade, e por extensão africanidade, que passará também pela assumpção da oratura como fonte de africanização estético-literária. Neste sentido, Manuel Rui acrescenta:

*A contemporaneidade da literatura com a oratura, a fala falada do português em Angola, com base de interpretação crescente das línguas originárias, neologismos e corruptelas de erupção veloz, apontam para uma diferença que é nossa identidade literária, vertida numa língua que, cada vez mais, já não é a língua portuguesa de seu código, mas o português de Angola, rumo à vida verdadeira da língua vivida<sup>18</sup>.*

---

<sup>16</sup> RUI, 1989: 1.

<sup>17</sup> RUI, 1989: 6.

<sup>18</sup> RUI, 1989: 6.

Com a lucidez acrescida pelo facto de viver por dentro do processo e de ser dele mais do que um espectador, Manuel Rui desdramatizou a questão da expressão linguística da literatura angolana e, afinal, de todas as literaturas africanas lusófonas, concluindo: «A língua é nossa. Já não somos Caliban»<sup>19</sup>.

Como se vê, a perspetiva dos autores africanos lusófonos no que à questão diglósica diz respeito é substancialmente diferente da dos autores anglófonos e francófonos. Estes consideram-na, em geral, uma conflitualidade, resultado, afinal, do «drama» de ter de usar uma língua outra que não a sua materna. Alguns, porém, como Chinweizu, analisam a questão menos emotivamente:

*O uso de [línguas ocidentais] é uma parte do problema da cultura africana contemporânea. O ideal seria que as literaturas africanas fossem escritas em línguas africanas. Mas as mesmas circunstâncias históricas que, no presente, compelem as nações africanas a usar línguas ocidentais como suas línguas oficiais também compelem os escritores africanos a escrever nelas. Até que essas circunstâncias históricas mudem – e esperemos que mudem breve – não vale a pena debater se se deve, ou não, usar línguas ocidentais na nossa literatura*<sup>20</sup>.

O realismo de Chinweizu, ao estudar o processo da descolonização literária em África que não passaria, pelo visto, pela substituição das línguas ocidentais que já não o seriam senão na origem, e não no uso, encontrámo-lo anteriormente no poeta e ensaísta angolano Fernando Costa Andrade, que, de forma rigorosa, situa o problema da angolanidade, ou da africanidade, traduzida em línguas outrora de colonização. Assim, falando no 1.º Festival de Cultura Negra, ocorrido em S. Paulo, no Brasil, em 1963, Costa Andrade diria:

*Uma observação se impõe acrescentar quanto à utilização veicular da língua em que se apresentam. Não se trata, como alguns pensam, de uma derrota ou de uma concessão do africano, ou porventura de incapacidade do uso de um idioma próprio. Trata-se aqui de uma forma de combate, de penetração no seio das posições inimigas e facilitar ao mundo de hoje a tarefa imediata de nos entender. Não temos complexos pelo uso do português na nossa pátria africana*<sup>21</sup>.

Insistindo na total ausência do «drama linguístico» na literatura angolana de língua portuguesa, Costa Andrade observa ainda que

*(...) o escritor angolano, usando o português, não se alienou. Serviu-se de um instrumento adversário contra ele (...). A arma hoje usada pelos nossos escritores é exactamente aquilo que o colonialista depreciativamente chamava há anos o “linguajar dos criados” (...)*<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> RUI, 1989: 7.

<sup>20</sup> CHINWEIZU, 1983: 242.

<sup>21</sup> ANDRADE, 1980: 25.

<sup>22</sup> ANDRADE, 1980: 51.

Uma vez mais se confirma, e especialmente devido à expressão o «linguajar dos criados» usada por Costa Andrade, que a expressão verbal da angolidade literária magma-tizou de tal forma a diglossia que esta se apagou pela constante lexicalização. É Costa Andrade, ainda, que, depois de reconhecer que «os poetas angolanos, e também alguns raros prosadores, deseuropeizaram a palavra europeia que usam», sublinha que

*(...) com Agostinho Neto, Jacinto, Viriato e outros poetas surgiu paralelamente, na poesia angolana, uma expressão nacional própria, veiculada, quer em português, quer numa nova linguagem continuada na prosa por Luandino Vieira e outros jovens torturados pelas malhas da PIDE e da censura colonial*<sup>23</sup>.

A visão de Costa Andrade é, quanto a nós, aquela que melhor situou a problemática da possibilidade da tradução da africanidade numa língua originalmente europeia que, afinal, deixou de sê-lo, por força da tropicalização e da assimilação contínuas provocadas pela contaminação linguística inevitável entre o português e as línguas africanas. Como refere Costa Andrade, e nós já o dissemos, uma das obras que melhor elucida o processo de africanização do português é a de Luandino Vieira, pela capacidade aí demonstrada de criar situações diglósicas num momento, para, no momento seguinte, eliminar o bilinguismo que elas revelariam, substituindo-o por uma fala africana que não descaracteriza o sistema. Mário Pinto de Andrade, o primeiro teórico da sociologia literária africana lusófona, a par de Francisco José Tenreiro, já havia anotado que, com Luandino Vieira, «uma nova linguagem, sem qualquer dúvida, se cria ao gosto da inspiração colectiva do povo. A sua estrutura interna escapa às regras clássicas da língua portuguesa, para desposar a sintaxe kimbundu»<sup>24</sup>.

Pelos exemplos citados, nada nos custa a crer que a razão pertence, uma vez mais, a Costa Andrade, quando ele afirma que «o problema da língua nunca existiu verdadeiramente para a maioria dos escritores» e, muito menos, para Luandino Vieira. De facto, tal problema não se levantou, nas literaturas africanas lusófonas, porque, repetimos, a africanização da língua portuguesa começou cedo nas nossas antigas colónias. Tão cedo que, em algumas delas (Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau) se evoluiu, ainda que em ritmos temporais diferentes, logo nos finais do século XVI, para um crioulo veicular entre colonos e colonizados, resultado da *pidginização* a que por uns e outros a língua reinol da comunicação foi sujeita. Tempos diferentes também teve a africanização do Português em Angola e em Moçambique. Razões históricas e políticas subjacentes à colonização desses dois territórios explicam uma maior miscigenação biológica, cultural e linguística em Angola do que em Moçambique. É óbvio que tais razões têm reflexos nos processos literários angolano e moçambicano.

<sup>23</sup> ANDRADE, 1980: 29.

<sup>24</sup> ANDRADE, 1971.

Realmente, não tínhamos até aos anos '80 do século passado na literatura moçambicana textos que representassem um grau de integração linguística, isto é, de africanização, similar ao que, desde o século XIX, começamos a encontrar nos escritos angolanos. Muito menos, textos cujo discurso fosse tão inovadoramente africanizado como em Luandino Vieira, em Uanhenga Xitu ou em Boaventura Cardoso, para citarmos apenas alguns dos mais africanos, na *escrita*, dos autores angolanos. Isto não significa, porém, que a literatura moçambicana se tenha desenvolvido alheada do inevitável processo diglótico que a relação colonial da língua portuguesa com as línguas africanas teria de provocar. O que significa é que a diglossia nas letras moçambicanas é menos profunda e extensiva, tendo, porém, um motivo de interesse que a distingue também da diglossia angolana. Referimo-nos ao facto de, na literatura moçambicana, as situações diglóticas não ocorrem apenas pelo uso de línguas africanas locais em concomitância com o Português, mas resultarem também da interferência quer do inglês quer, sobretudo, do *fanagalò*.

Um e outro caso explicam-se pelo histórico relacionamento económico de Moçambique com a República da África do Sul que, desde o século XIX, importava mão-de-obra moçambicana para as minas de ouro do *Rand* – os célebres *magaíças*, personagens poéticas e de ficção que encontraram em Noémia de Sousa e em José Craveirinha os seus principais cantores. Pois bem, o *magaíça* é o principal responsável pelas ocorrências diglóticas do inglês e do *fanagalò* (espécie de *língua geral* dos mineiros do *Rand*, resultado de uma amálgama de inglês, afrikaans e de línguas negras dos mineiros suazis, bechuanas, malávis, moçambicanos e sul-africanos zulus e xosas). Tais ocorrências, entretanto, encontram-se já lexicalizadas no Português de Moçambique.

Além do *magaíça*, agente de uma diglossia muito específica, dispunha a situação colonial moçambicana dos mesmos tipos sociais que foram os grandes promotores da africanização da língua literária de Angola. Referimo-nos às *mucamas* (amantes do patrão branco), aos cozinheiros, às lavadeiras, aos criados (*moleques* angolanos e *mainatos* moçambicanos), aos *sipaio*s e outros auxiliares administrativos, aos empregados comerciais e outros elementos enformantes do extenso *larbinismo* (isto é, relação de criadagem) em que se desenvolveu a vida colonial. Todos esses tipos encontramos-os nas literaturas moçambicana e angolana. Nesta, porém, eles desempenham um papel ativíssimo no processo integrativo linguístico, operando assimilações, gerando neologias por neutralização diglótica, enfim, formando a fala nova de Angola que encontramos literariamente textualizada já desde Alfredo Troni com a sua noveleta *Nga Mutúri*.

Luandino Vieira, pelo seu pioneirismo na angolanização da língua e da narrativa literária, aprendeu em Guimarães Rosa a *escrita* como excesso, na aceção em que Roland Barthes fala da literatura como intervenção social.

Foi por essa intervenção social da *escrita* que houve uma patética comoção nacional, amplamente mediatizada, à volta do prémio atribuído a *Luuanda*, porque, seguramente, os mais esclarecidos indefetíveis do regime colonial perceberam que esse livro, germinando a

nacionalidade linguística, cultural e literária angolana, prenunciava a inevitabilidade da nacionalidade política.

Luandino tornava-se, por isso, com *Luuanda* um heterónimo de si mesmo; tornava-se num *outro* que veio, como no profundo verso de Stéphane Mallarmé, «donner un sens plus pur aux mots de la tribu»!

## Bibliografia

- ACHEBE, Chinua (1975) – *Morning Yet on creation day*. Londres: Heinemann.
- ANDRADE, Fernando Costa (1980) – *Literatura Angolana (opiniões)*. Lisboa: Edições 70.
- ANDRADE, Mário de (1971) – *Préface*. In VIEIRA, Luandino – *La vraie vie de Domingos Xavier*. Paris: Présence Africaine.
- BÂ, A. Hampaté (1972) – *Aspects de la civilisation africaine*. Paris: Présence Africaine.
- BAL, Willy (1979) – *A propos de mots d'origine portugaise en Afrique Noire*. «Afro-Romanica Studia». Albufeira: Edições Poseidon.
- CHINWEIZU *et alii* (1983) – *Towards the Decolonization of African Literature*. Washington: Howard University Press.
- DIOP, David (1973) – *Coups de Pilon*. Paris: Présence Africaine.
- GLISSANT, Edouard (1981) – *Le discours antillais*. Paris: Seuil.
- HOUISS, Maurice (1971) – *Anthropologie Linguistique de l'Afrique Noire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- KADIMA-NZUJI, M. (1980) – *Les écrivains africains et l'édition: sauvegarde ou altération d'une identité*. «Ethno-psychologie». Le Havre. 2 / 3 (Avr.-Sep.).
- KIMONI, I. (1975) – *Destin de la littérature negro-africaine*. Ottawa: Editions Naaman.
- KNOPFLI, Rui (1974) – *Breve relance sobre a actividade literária*. «Facho». 30 (set.-out.).
- MARQUET, Marie-Madeleine (1983) – *Le métissage dans la poésie de Léopold Sédar Senghor*. Dakar: Les Nouvelles Editions Africaines.
- MEMMI, Albert (1974) – *Retrato do Colonizado precedido do Retrato do Colonizador*. Lisboa: Mondar editores, 1974.
- MUDIMBÉ, V. (1982) – *L'Ordre du Père*. Paris: Présence Africaine.
- NEJMI, Abdelilah (1985) – *Discussion*. In *Du Bilinguisme*. Paris: Éditions Denoël.
- RUI, Manuel (1989) – *Já não somos Caliban!*. Dakar.
- VALKHOFF, Marius (1975) – *L'importance du Portugais comme langue mondiale avant le Français*. «Miscelânea Luso-Africana». Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar.

